

ECONOMIA INFORMAL: O GRAU DE INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO DA FUMESC

BARBOSA, C. A.¹; OLIVEIRA, K. A.²; BATISTA, L. A.³

¹ Professor do IFSULDEMINAS campus Machado

² Bacharel em Administração

³ Administrador do IFSULDEMINAS campus Machado

1 INTRODUÇÃO

Problema:

O Brasil está entre os países que possuem o mais alto índice de informalidade, onde milhões de brasileiros encontram-se sem qualquer proteção legal. Esse elevado número tem como um dos fatores a rígida legislação trabalhista brasileira considerada uma das piores do mundo e também da grande carga tributária que os meios produtivos e a população brasileira é vítima.

Justificativa:

A informalidade vem aumentando a cada ano de forma preocupante, pois tornou-se uma espécie de fuga aos desempregados, que por não conseguirem um emprego formal com carteira assinada, optam por trabalhar informalmente. Esse assunto se torna muito complexo por dividir opiniões, no qual as pessoas normalmente defendem a formalidade, legalidade e ética, como também defendem ou “perdoam” a atitude dos trabalhadores que vão para o caminho informal por questões de sobrevivência. Conhecer realmente os fatores que levam pessoas a adquirirem produtos ilegais e também os motivos aos quais as pessoas optam por se informalizar são necessários, pois afeta de forma direta a economia brasileira e também mundial.

Objetivo:

Detectar o nível de informação e conscientização dos jovens universitários, dos cursos de Administração e Direito na cidade de Machado/MG, em relação aos assuntos que abrangem a informalidade, tais como: pirataria, sonegação e tributação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a execução deste trabalho, primeiramente foram realizadas pesquisas bibliográficas, que objetivaram explicitar de forma clara, as diferenças entre formalidade e informalidade, sua cronologia, suas respectivas vantagens e desvantagens e os fatores causadores da problemática em referência.

Num segundo momento do estudo, realizou-se a pesquisa quantitativa exploratória com o intuito de diagnosticar o nível de informação e conscientização com relação ao tema “informalidade”. A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2010 entre os meses de março a abril, aplicada pela autora aos universitários do curso de Administração e de Direito da Fundação Machadense de Ensino Superior (FUMESC). Foi elaborado pela autora um questionário de 24 perguntas fechadas (Ver apêndice) e aplicado em sala de aula, nos intervalos, por amostragem aleatória, elegendo uma amostra de 38,5%, ou seja, em um universo de 470 alunos dos Cursos de Administração e Direito, foram entrevistados 180.

Posteriormente, os dados foram agrupados e trabalhados em termos percentuais, com intuito de apresentar de forma clara a percepção dos entrevistados em termos quantitativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao identificar o perfil sócio-métrico dos entrevistados, observou-se que a maioria são mulheres perfazendo um total de 55% contra 45% de homens. Em relação à faixa etária 17,5% são menores de 21 anos, 74% tem idade entre 21 e 35 anos, 7% entre 35 e 45 anos e os outros 1,5% estão acima dos 45 anos. Do total dos entrevistados, 16% dos alunos não estão empregados, 5% trabalham como funcionários públicos, 43% trabalham em regime de CLT (Consolidação das Leis do trabalho) - registrados ou não, 17% são autônomos e os 9% restantes são profissionais liberais.

Assim como descreve NORONHA (2003), quando questionados sobre o índice de Registro em CLT, os alunos surpreenderam nos números negativos, onde 27,5% não estão registrados, ou seja, seguindo por essa média, trinta em cada cem alunos trabalham na informalidade. Dos outros 72,5 % que se encontram registrados com carteira assinada, 52,5% recebem devidamente o que está na carteira, 43% percebem valores diferentes dos informados na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e 4,5% não souberam responder.

Destes que se encontram trabalhando, 69,5% tem conhecimento de que as empresas empregadoras recolhem corretamente seus impostos, 10% assumiram que as empresas onde trabalham não recolhem corretamente os encargos e 20,5% assumiram não saber a respeito.

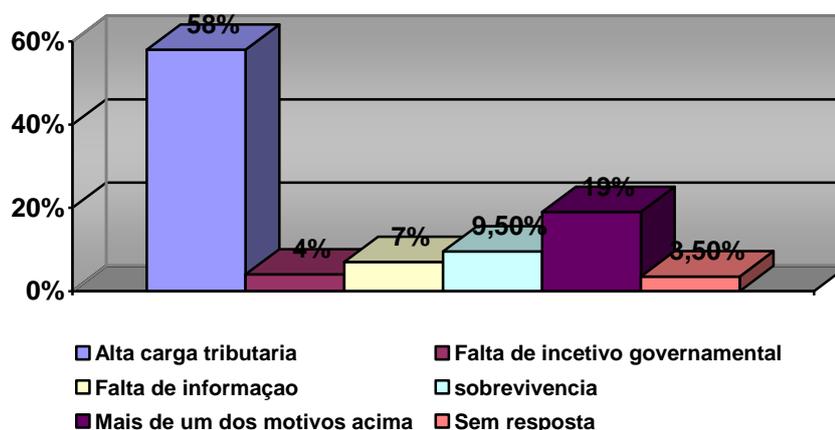
Esse resultado mostra que muitas empresas são levadas a sonegar e em muitas vezes pagar seus funcionários com valores diferentes do que são apresentados ao governo através da carteira de trabalho como forma de se esquivar dos tributos.

Quando questionados sobre a situação das pessoas do meio de convívio, 46% dos alunos, afirmaram conhecer várias pessoas que não contribuem com a Previdência Social, 36% disseram conhecer poucas pessoas e 17% não conhecem ninguém. 69% dos alunos

afirmaram ter conhecimento dos benefícios que a *contribuição social*. oferece, mas 31% assumiram que não possuem essa informação.

Concordando com o estudo do MGI elaborado em 2004, ao serem questionados sobre os motivos que levam a informalidade, 58% dos alunos acham que a alta carga tributária é o principal motivo, 4% dizem ser pela falta de incentivo governamental, 7% consideram a falta de informação, 9,5% consideram a questão de sobrevivência, 3,5% assumem não saber o motivo e 19% acreditam ser mais de um motivo dos citados. (Fig.9).

Figura 9 – Motivos que levam a informalidade



Em relação ao futuro profissional dos alunos, 53% pensam em montar um negócio próprio, 27% não pretendem e 20% nunca pensaram não assunto, 48% disseram que como empreendedor não optariam pela informalidade, 42% afirmaram que sim, optariam pela informalidade e 29% nunca pensaram em montar um negócio. E 55% disseram que não trocaria um emprego formal por um negócio informal, 22,5% disseram que sim e 22,5% nunca pensaram no assunto. Isso se dá pela insegurança que a economia atravessa, os empreendedores não se sentem seguros para abrir um negócio próprio, o qual acaba sendo inviável por causa da burocracia que o governo impõe. A informalidade é um gargalo macroeconômico que necessita de ações urgentes, o qual provoca muitas perdas para o país por abranger toda movimentação econômica. As ajudas governamentais que o governo oferece não é suficiente para reduzir a informalidade, para que isso ocorra é necessário que os empreendedores visualizem vantagens para se permanecer na legalidade.

De acordo com os alunos, 65% disseram que a instituição colabora com a formação de empreendedores formais, contra 12% que discordaram da afirmação e 23% não opinaram. Segundo a pesquisa, 55% dos alunos afirmaram que a instituição repassa informações sobre o assunto, 28% acham que não e 17% não opinaram.

CONCLUSÃO

O presente trabalho permiti-nos concluir que o nível de conhecimento nem sempre é medido pela escolaridade, ou por atos que se rotulam honestos ou corruptos. Os alunos entrevistados participam de alguma forma do universo informal, comprando produtos piratas, sonegando impostos e principalmente não agindo a favor da formalidade. Por cursarem o ensino superior esperava-se uma menor participação desta população na economia informal.

Percebeu-se que os alunos em sua maioria possuem informações abrangentes sobre o assunto, mas não são conscientizados o suficiente, acreditando que a informalidade é um meio de sobrevivência em um país como o Brasil. Por outro lado esta pesquisa nos mostra que os alunos têm plena consciência de que o que precisa ser combatido imediatamente é a tributação extremamente abusiva e a rigidez da legislação, pois para eles estas são as principais causas do aumento da informalidade.

O trabalho apresentou os dois lados da economia, vantagens e desvantagens de cada uma, permitindo-se concluir que a economia formal mesmo com todas suas dificuldades em sem manter lícito, ainda é o melhor caminho, tanto para os trabalhadores, empregadores, quanto para o país. Vale ressaltar que o Brasil ainda tem muito no que melhorar em relação às atitudes governamentais. É necessário que se faça uma nova reforma tributária, reduzindo os impostos, um melhor planejamento de verbas, oferecendo opções aos empreendedores e facilitando a legislação como um todo. Estas alternativas são apenas para se começar um combate contra a informalidade, pois ainda há muito que se fazer. O Brasil precisa se desenvolver culturalmente e para que isso aconteça a Educação é fundamental, só ela pode fazer o Brasil tomar um novo rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, 2003. vol 18, n 53.

ALENCAR, F; et all. **História da Sociedade Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1981.

ACSP – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. Impostos que o brasileiro paga. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.acsp.com.br/home.htm>>. Acesso em: 05 out 2008.

BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Economia informal urbana**. IBGE. 1997. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/ecinf/1997/default.shtm>>. Acesso em: 02 out 2007.